

O Ensino da Arqueologia em Portugal

NUNO FERREIRA BICHO NBICHO@UALG.PT

FCHS UNIVERSIDADE DO ALGARVE – CAMPUS DE GAMBELAS 8000 FARO

O ensino da Arqueologia em Portugal tem tido, como a história da disciplina, uma evolução interessante. As razões dessa evolução serão talvez difíceis de apontar, pelo que será talvez mais fácil começar pela sua história recente, isto é, o período pós-1974.

A área científica da Arqueologia tem estado em Portugal ligada e dependente da História e, na maioria dos casos, também dos departamentos de História das várias faculdades onde as licenciaturas de História são leccionadas. Deste modo, foi apenas recentemente que se viu a inclusão no rol dos cursos de licenciatura de várias faculdades a palavra Arqueologia. De facto, esta inclusão foi feita com a introdução dos cursos de História, variante de Arqueologia. Esta variante que começou por ser criada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, foi seguida de perto pelas criações das mesmas variantes pelos departamentos de História das Universidades do Porto e de Lisboa. Presentemente, a diversidade encontra-se claramente implementada, uma vez que as denominações dos cursos onde a arqueologia é leccionada como área científica principal são várias:

“História, variante de Arqueologia”, com quatro licenciaturas, “Património Cultural”, “Conservação e Restauro, Ramo de Arqueologia da Paisagem”, “Arqueologia e História” e “Arqueologia”, com uma licenciatura cada, espalhando-se estas licenciaturas geograficamente por todo o país. É importante referir-se que um destes cursos, o de Conservação e Restauro, é leccionado pelo Instituto Politécnico de Tomar.

A área científica da Arqueologia tem estado em Portugal ligada e dependente da História e, na maioria dos casos, também dos departamentos de História das várias faculdades onde as licenciaturas de História são leccionadas

No entanto, o ensino da Arqueologia não se encontra limitado apenas ao ensino de formação inicial universitária, estendendo-se, já há cerca de uma década, pelas pós-graduações que, até muito recentemente, se limitavam a cursos de mestrado. Estes cursos, em número de quatro, encontram-se em Lisboa, Coimbra, Porto e Minho, tendo cada um deles tópicos e objectivos diferentes. O único curso de Doutoramento existente presentemente é o da Universidade do Porto, sendo responsabilidade do Departamento de Ciências e Técnicas de Património.

Todos estes cursos são agora responsabilidade de vários Departamentos, Unidades e Institutos que na sua maioria são independentes de departamentos de História, como, por exemplo, o caso do Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra ou da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, aliás unidades de investigação e ensino que surgiram logo desde muito cedo com essas designações e funcionaram separadamente dos departamentos de História.

Mas um outro fenómeno parece estar neste momento a transformar a situação institucional do ensino da Arqueologia: a clara e forte ligação da arqueologia à área do Património. Este aspecto pode verificar-se através da criação do Departamento de Ciências e Técnicas do Património na Universidade do Porto, do Departamento de Arte, Arqueologia e Restauro do Instituto Politécnico de Tomar e, ainda em fase

Mas um outro fenómeno parece estar neste momento a transformar a situação institucional do ensino da Arqueologia: a clara e forte ligação da arqueologia à área do Património

de criação, do Departamento de História, Arqueologia e Património da Universidade do Algarve.

Mas o ensino da Arqueologia não se limita actualmente ao sistema universitário. Também na última década foram criadas duas escolas profissionais, cuja formação pode corresponder ao nível da habilitação escolar do 12.º ano, e que pode formar técnicos profissionais denominados por assistentes de arqueólogo e desenhadores de arqueologia.

Qual a razão então desta vaga de cursos na área científica da Arqueologia? Poder-se-ia dizer que o processo de desenvolvimento e massificação do ensino da Arqueologia em Portugal responde ao desenvolvimento das necessidades da sociedade portuguesa na área do Património Cultural construído. Ou, posto de outra forma, a sociedade portuguesa toma cada vez mais consciência do seu passado e da sua herança cultural, devido, por um lado, à invasão crescente de valores culturais e sociais da Europa, do Brasil e da América do Norte, que ameaça asfixiar o património português e, por outro, pela tomada de consciência da população (incluindo aqui o grupo dos nossos responsáveis políticos) da qualidade e importância do património português que merece, portanto, a sua protecção, bem como a sua exposição aos olhos internacionais, por razões de orgulho nacional e talvez, quiçá, um pouco de competitividade entre Portugal e o resto do mundo, que repetidamente entra em nossas casas pela mão de canais

Poder-se-ia dizer que o processo de desenvolvimento e massificação do ensino da Arqueologia em Portugal responde ao desenvolvimento das necessidades da sociedade portuguesa na área do Património Cultural construído

televisivos como o *Odisseia*, o *Discovery* ou o *National Geographic*.

Essa tomada de consciência faz com que, com a ajuda de legislação de carácter internacional a que Portugal está obrigado, se tenham desenvolvido acções e medidas de protecção desse património construído, pelo que o desenvolvimento, quer quantitativo, quer qualitativo, do ensino da Arqueologia em Portugal responde a essas necessidades. Do ponto de vista prático, estas necessidades parecem traduzir-se por um aumento geométrico na última meia década na empregabilidade na área da Arqueologia. Isto pode comprovar-se pelo facto de haver poucos ou nenhuns licenciados nesta área que estejam desempregados. De facto, esta situação encontra-se actualmente, com certeza, no seu limite e, sem dúvida nenhuma, resulta da legislação sobre a minimização de impactos devido a empreendimentos públicos ou privados, que obriga ao estudo arqueológico, através da prospecção e, pontualmente, através de escavação das áreas em questão. Como tal, a empregabilidade na arqueologia deve-se, no presente momento, principalmente à actividade correntemente denominada por arqueologia de contrato e, em segundo

lugar, à contratação por autarquias, com um objectivo semelhante ao das empresas privadas de arqueologia. Claramente, a contratação para a investigação científica em arqueologia é, neste momento, raríssima e essencialmente limitada às universidades.

Neste contexto, seria razoável que o ensino da arqueologia fosse ao encontro das necessidades dos futuros profissionais arqueólogos. Qual é então o objectivo das licenciaturas, mestrados e doutoramentos de arqueologia, e a forma como a arqueologia é leccionada nestes cursos? Parece-me primeiro necessário distinguir a primeira dos segundos, isto é, diferenciar os cursos de licenciatura dos cursos de mestrado e de doutoramento. Estes últimos têm como função fazer o complemento de conhecimentos e a especialização numa determinada área, pelo que não devem ter como objectivo as necessidades profissionais do arqueólogo, mas sim as da investigação científica. Estas poderão e deverão, como é evidente, ser aplicadas também na vida profissional desses alunos.

Debrucemo-nos, pois, sobre o ensino da arqueologia nas várias licenciaturas, uma vez que o das escolas profissionais deve ser essencialmente prático, já que aí se formam técnicos profissionais.

O ensino da Arqueologia tem duas vertentes principais, uma que é conhecida como teoria e método, e outra que é referida teoricamente pelo mundo anglo-saxónico como *Culture history*, que se pode traduzir em termos simplistas por cultura histórica (para que se não confunda com História da

Tradicionalmente, o ensino da Arqueologia faz-se principalmente na área da cultura histórica, ficando o ensino da teoria e método limitado a uma ou duas disciplinas de carácter teórico e nunca prático

Cultura), e que foca os aspectos culturais que advêm da prática arqueológica, como, por exemplo, os temas que se leccionam em disciplinas de Pré-história, Arqueologia Clássica ou Arqueologia Peninsular Pré-histórica.

Tradicionalmente, o ensino da Arqueologia faz-se principalmente na área da cultura histórica, ficando o ensino da teoria e método limitado a uma ou duas disciplinas de carácter teórico e nunca prático, e no seu decorrer os tópicos focados eram principalmente aspectos histórico-cronológicos, mais do que o desenvolvimento teórico da disciplina. Qual era então o conhecimento prático organizado e transmitido aos alunos de uma dessas licenciaturas sob a forma de disciplina curricular sobre prospecção, escavação, recolha de amostras várias ou qualquer outro aspecto prático da arqueologia de campo até ao final da década passada? Essencialmente nenhum! Quer isto dizer que, pelo menos teoricamente, um aluno poderia terminar a sua licenciatura na área da arqueologia, sem nunca ter passado pelo campo ou mesmo sem ter pegado num qualquer artefacto arqueológico. Na

Talvez em resposta às lacunas metodológicas e teóricas do ensino universitário da Arqueologia, viu-se nos últimos três anos a abertura de novos cursos e reestruturações dos currícula dos cursos antigos

prática, felizmente, o aluno passou por, pelo menos, uma escavação arqueológica onde serviu como “mão--de-obra” voluntária.

Qual o conhecimento adquirido durante esses trabalhos de campo? Pouco, muito pouco mesmo, uma vez que o responsável dos trabalhos não tem tempo suficiente para explicar em detalhe e de forma pedagógica as orientações científicas e as opções metodológicas por si tomadas, bem como os aspectos específicos da utilização de cada método. Menos tempo terá ainda para explicar as várias opções para cada situação possível. E este cenário, de certa forma ainda optimista, parte de dois pressupostos: que o aluno em questão tem interesse e maturidade suficiente para tomar atenção àquilo que se passa em seu redor, podendo aprender os aspectos práticos da metodologia aí utilizada; e que o responsável científico da escavação é um dos seus professores, porque se assim não for o arqueólogo responsável pelos trabalhos não tem qualquer responsabilidade pedagógica perante esse aluno.

Este processo resulta, na minha opinião, em dois aspectos negativos: como o aluno tem uma tendência para seguir o professor a que está mais ligado, acaba, na maioria das vezes, por escavar apenas sítios de uma cronologia e, por vezes, sítios todos eles semelhantes, senão mesmo apenas um sítio durante toda a licenciatura; o segundo aspecto, de carácter mais geral, e por isso mesmo mais problemático, é que raros são os recém-licenciados que tiveram alguma experiência de prospecção ou de direcção de uma escavação e, como tal, não tem qualquer conhecimento como se faz esse tipo de

As transformações principais parecem ter passado pelo aumento claro e inequívoco de disciplinas de cariz metodológico, que focam quer aspectos de campo, quer aspectos de análise laboratorial

trabalho. No entanto, são estes licenciados que, muitas vezes, são responsáveis por estudos de impacto patrimonial ou trabalhos de minimização dos mesmos.

Talvez em resposta às lacunas metodológicas e teóricas do ensino universitário da Arqueologia, viu-se nos últimos três anos a abertura de novos cursos e reestruturações dos *curricula* dos cursos antigos, aspecto, no entanto, que ainda não foi seguido por todas as universidades. Quais então as alterações de fundo que apareceram? As transformações principais parecem ter passado pelo aumento claro e inequívoco de disciplinas de cariz metodológico, que focam quer aspectos de campo, quer aspectos de análise

laboratorial, quer ainda de disciplinas em áreas científicas que servem, no caso da arqueologia, como ciências auxiliares, como o desenho, a geoarqueologia ou a geologia. Outra alteração fundamental que parece ter surgido é a inclusão de disciplinas de campo que aparentemente serão de ordem prática, como, por exemplo, as disciplinas de “Arqueologia de Campo” do curso de Património Cultural da Universidade do Algarve, “Prática de Arqueologia I, II e III” da Universidade de Évora, “Trabalho de Campo e de Laboratório” de História e Arqueologia da Universidade de Lisboa, “Técnicas de Arqueologia de Campo” em Conservação e Restauro, Variante de Arqueologia da Paisagem do Insitute Politécnico de Tomar, “Estágio de Campo I a IV” na Universidade do Minho ou ainda “Trabalhos Práticos de Arqueologia” e Metodologias de Campo I e II” da licenciatura de Arqueologia da Universidade do Porto. Todas estas disciplinas parecem seguir na direcção da implementação de escolas de campo à semelhança das que existem em França, Inglaterra ou Estados Unidos da América.

Mas o factor mais importante será sempre o dos recursos existentes, humanos e materiais na área da Arqueologia, até agora escassos devido a uma deficiente, talvez mesmo nefasta, política de financiamento governamental dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência

profissionais? Irão, sem dúvida, minorar os resultados negativos de uma aprendizagem deficiente que têm existido até ao presente, pelo menos no que diz respeito às metodologias e técnicas arqueológicas de campo. A importância destas alterações e da sua implementação vai depender da vontade dos professores universitários e do interesse que estes tiverem em colaborar entre si e entre universidades. Mas o factor mais importante será sempre o dos recursos existentes, humanos e materiais, na área da Arqueologia, até agora escassos devido a uma deficiente, talvez mesmo nefasta, política de financiamento governamental dos Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência. Melhorias no ensino da Arqueologia em Portugal? A ver vamos...

Será que estas alterações vão preencher as lacunas de conhecimentos nos nossos